



## LEI nº 2006

**Súmula:** "Cria e regulamenta o Programa Caixa Escolar no Município de Campo Largo e da outras providências."

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**, Estado do Paraná, **APROVOU**, e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica criado o **Programa Caixa Escolar** no Município de Campo Largo.

**Art. 2º** - O programa Caixa Escolar será efetivado mediante a realização de transferências voluntárias de recursos públicos, pelo Poder Executivo Municipal, às entidades representativas de Pais, Mestres e Funcionários dos Estabelecimentos de Ensino Municipais, mediante celebração de Termos de Convênio, cooperação ou similares até o máximo auferido por meio da fórmula no § 3º, por exercício financeiro.

**§1º** - Os recursos transferidos à entidade integrante do Programa Caixa Escolar somente poderão ser utilizados para despesas com o Estabelecimento de Ensino indicado no Estatuto Social de entidade, devendo restringir-se ao custeio de manutenção da infra-estrutura e equipamentos, pequenos reparos, aquisição de material de consumo e permanente, capacitação e aperfeiçoamento de profissionais da educação, compra de material didático-pedagógico, desenvolvimento de atividades educacionais, projetos pedagógicos complementares e outros gastos correntes.

**§ 2º** -  $(R\$2.000,00) + (n^\circ \text{ de alunos} \times \text{valor base})$

**§ 3º** - Para quantificação do número de alunos será considerado o CENSO Escolar do ano anterior à celebração do Termo de Convênio, cooperação ou similar, fornecido pelo Ministério da Educação.





**§ 4º** - O valor base do cálculo será: de R\$ 24,00 (vinte e quatro reais) para alunos de classe especial; R\$ 24,00 (vinte e quatro reais) para alunos de Centros Municipais de Educação Infantil; R\$ 18,00 (dezoito reais) para alunos das Escolas Municipais.

**§ 5º** - Para as entidades vinculadas às escolas municipais que proporcionam mais de uma modalidade de ensino, o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) será considerado uma única vez na fórmula.

**§ 6º** - Os valores previstos nos §§ 4º e 5º, serão reajustados anualmente pelo INPC, a contar da publicação da presente Lei.

**§ 7º** - As transferências tratadas nesta lei estão subordinadas a todas as regras estabelecidas pelas demais normas legais atinentes ao tema de transferências voluntárias, inclusive resoluções do Tribunal de Contas, ainda que entrem em vigor após a vigência desta lei.

**Art. 3º** - Somente poderão receber repasses de verbas do Programa Caixa Escolar as entidades que cumpram os seguintes requisitos:

- a) tenham sido declaradas de utilidade pública;
- b) sejam reconhecidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte como entidades que auxiliam aos Estabelecimentos de Ensino Municipais;
- c) que contenham no seu estatuto social os seguintes requisitos:
  - 1) objetivo estatutário principal voltado à promoção da educação e auxílio à determinado Estabelecimento de Ensino Municipal;
  - 2) natureza jurídica e social de entidade representante de Pais, Mestres e Funcionários de Estabelecimento de Ensino Municipal;
  - 3) a obrigatoriedade da existência do cargo de Gestor Financeiro Municipal como membro efetivo da Diretoria, o





qual deverá ser ocupado pelo Diretor do Estabelecimento de Ensino vinculado no estatuto da entidade;

- 4) competência exclusiva definida ao cargo de Gestor Financeiro Municipal para gestão de recursos públicos oriundos do Programa Caixa Escolar.

- d) estejam adequadas aos demais requisitos impostos em outros diplomas legais no tocante a efetivação de transferências voluntárias.

**§ 1º** - No momento da celebração do Termo de Convênio, Cooperação ou similar, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte verificará e decidirá, sobre os requisitos deste artigo, ficando vedada a celebração do instrumento e repasse da verba pelo Poder Público caso a Secretaria entenda pelo não atendimento da exigência legal.

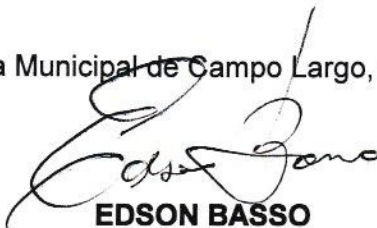
**Art. 4º** - Ficam vedadas às entidades abrangidas por esta lei, sob pena de rescisão automática de qualquer Termo de Convênio, cooperação ou similar firmado e suspensão dos repasses de verbas do Programa Caixa Escolar, bem como, devolução de recursos já repassados, as seguintes condutas:

- I – alteração do Estatuto Social, em desrespeito ao contido no artigo anterior;  
II – negativa de cumprimento dos objetivos estatutários.

**Art. 5º** - Ficam revogadas as Leis n.º 1961/2007 e n.º 1261/1997 e demais disposições em contrário.

**Art. 6º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, em 04 de janeiro de 2008.



**EDSON BASSO**

Prefeito Municipal